

2018/2027

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VIDIGUEIRA

CADERNO I – DIAGNÓSTICO

MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL MUNICIPAL DE
VIDIGUEIRA

JUNHO | 2019



IMPORTANTE!

Antes de imprimir este documento, pense bem se é mesmo necessário. Poupe eletricidade, toner e papel.

Se optar por imprimir, o documento foi especialmente preparado para ser impresso com a opção frente e verso. Utilize os dois lados da mesma folha.

Ajude a proteger o ambiente.

ÍNDICE

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	5
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	5
1.2. HIPSOMETRIA	5
1.3. DECLIVE.....	6
<i>Quadro 1 - Classes de declive e código associado</i>	<i>7</i>
1.4. EXPOSIÇÃO.....	7
1.5. HIDROGRAFIA	8
2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA	9
2.1. TEMPERATURA DO AR	10
<i>Gráfico 1 – Valores mensais da temperatura média, média dos valores máximos e valores máximos para um período de 30 anos</i>	<i>11</i>
2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR	12
<i>Gráfico 2 - Valores médios mensais da humidade relativa do ar (09h00 e 18h00) para um período de 30 anos.....</i>	<i>12</i>
2.3. PRECIPITAÇÃO	13
<i>Gráfico 3 – Valores mensais da precipitação, máximas diárias para um período de 30 anos</i>	<i>13</i>
2.4. VENTO	14
<i>Quadro 2 - Valores médios mensais da frequência e velocidade do vento para um período de 30 anos.....</i>	<i>15</i>
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	16
3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIAS (1991/2001/2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2011)	16
3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (1991/2001/2011) E SUA EVOLUÇÃO (1991-2011)	17
3.3. POPULAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE (%) 2011.....	18
<i>Quadro 3 - População por setor de atividade (%) 2011</i>	<i>18</i>
3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991/ 2001/ 2011)	19
3.5. ROMARIAS E FESTAS	19
<i>Quadro 4 - Identificação de romarias e festas</i>	<i>21</i>
4. CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS	22
4.1. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	22
<i>Quadro 5 - Ocupação do solo (ha).....</i>	<i>25</i>
4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS.....	26
<i>Quadro 6 – Povoamentos florestais</i>	<i>26</i>
4.3. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 (ZPE+ZEC) E REGIME FLORESTAL	27
4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL.....	27
4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA.....	29

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS RURAIS	31
5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO	31
5.1.1. Anual.....	31
Gráfico 4 - Valores anuais da área ardida e número de ocorrências – distribuição anual (2000-2017) para um período ≥ 10 anos	32
Quadro 7 - Área ardida e n.º de ocorrências ≥ 10 anos	33
Gráfico 5 - Valores anuais da área ardida e número de ocorrências 2017 – distribuição anual e média do quíénio (2013-2017) por freguesia	34
Gráfico 6 - Valores da área ardida e número de ocorrências 2017 – distribuição anual e média do quíénio (2013-2017) por hectares de espaços florestais e por freguesia em cada 100 ha	35
Quadro 8 - Falsos alarmes (2000-2017) por freguesia.....	35
5.1.2. Mensal	35
Gráfico 7 – Valores mensais da área ardida e número de ocorrências em 2017 – distribuição mensal- média para um período ≥ 10 anos.....	36
5.1.3. Semanal	36
Gráfico 8- Valores da área ardida e número de ocorrências em 2017 – distribuição semanal para um período ≥ 10 anos	37
5.1.4. Diária	37
Gráfico 9 – Valores diários acumulados da área ardida e número de ocorrências – distribuição diária para um período ≥ 10 anos	38
5.1.5. Horária.....	38
Quadro 9 - Distribuição horária e n.º de ocorrências	38
Gráfico 10 – Valores da área ardida e número de ocorrências – distribuição horária para um período ≥ 10 anos.....	39
5.2. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS RURAIS	39
Gráfico 11 - Valores da área ardida em espaços florestais para um período ≥ 5 anos.....	40
5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR CLASSES DE EXTENSÃO	40
Quadro 10 - Percentagem de área ardida vs n.º de ocorrências por classe de extensão.....	40
Gráfico 12 – Valores totais da área ardida e número de ocorrências por classes de extensão.....	41
5.4. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS	41
Quadro 11 - Total de ocorrências e causas por freguesias para um período ≥ 5 anos	42
5.5. FONTES DE ALERTA	42
Gráfico 13 – Número de ocorrências e respetiva (%) Fontes de alerta para um período ≥ 5 anos...	42
Gráfico 14 - Distribuição do número de ocorrências por hora e fonte de alerta para um período ≥ 5 anos.....	43
5.6. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA ≥ 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO	43
5.6.1. Anual.....	43
Gráfico 15 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição anual para um período ≥ 10 anos ...	44

<i>Quadro 12 - Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão.....</i>	<i>45</i>
<i>5.6.2. Mensal</i>	<i>45</i>
<i>Gráfico 16- Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição mensal para um período ≥ 10 anos ...</i>	<i>45</i>
<i>5.6.3. Semanal</i>	<i>46</i>
<i>Gráfico 17 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição semanal para um período ≥ 10 anos .</i>	<i>46</i>
<i>5.6.4. Horária.....</i>	<i>47</i>
<i>Gráfico 18 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição horária para um período ≥ 10 anos ...</i>	<i>47</i>
ANEXOS	48

REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

Versão	Alteração	Data da alteração	Data da aprovação	Entidade aprovadora	Observações
1					
2					
3					
4					
5					
6					

CADERNO I

DIAGNÓSTICO

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a floresta portuguesa tem sido devastada por inúmeros incêndios rurais, muito deles originando mesmo catástrofes. As suas consequências geram efeitos nocivos a nível global (poluição, libertação de gases com efeito de estufa, diminuição da absorção de carbono) provocando também importantes efeitos a nível local, como a degradação e erosão do solo, a perda de vidas, biodiversidade e infraestruturas para além dos graves prejuízos na economia das regiões afetadas.

Por um lado a ocorrência do número de incêndios rurais que se têm verificado nas florestas portuguesas têm provocado uma preocupação crescente na sociedade, devido ao papel importante que esta tem no equilíbrio ecológico, na regulação do balanço hídrico, na proteção do solo, criação de habitats tanto para a fauna como para a flora, e renovação dos gases atmosféricos, fundamental para o equilíbrio dos gases provocadores do efeito de estufa que estão a provocar as alterações climáticas já sentidas no planeta.

Por base nos relatórios provisórios de 2017 fornecidos pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a nível nacional o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de outubro registou-se um total de 16980 ocorrências que se traduziram em 3653 incêndios rurais, 13328 fogachos na qual resultaram 42418 ha de área ardida em que 264951 ha foram em povoamentos e matos 177467 ha. A comparar os valores do ano de 2017 com o histórico dos 10 anos anteriores, assinala-se que se registaram menos 3,6% de ocorrências e mais 428% de área ardida relativamente à média anual do período.

O ano de 2017 apresenta, até ao dia 31 de outubro, o 6.º valor mais elevado em número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida, desde 2007. Até 31 de outubro de 2017 há registo de 1.446 reacendimentos.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) constitui um instrumento estratégico de planeamento, que tem como objetivos principais, a calendarização, a organização e a execução de um conjunto de tarefas que tem em vista alcançar uma defesa e proteção eficaz de todo o Património Florestal do concelho.

O Caderno I do presente Plano consiste na caracterização e diagnóstico relativo às ocorrências de incêndios rurais nos limites territoriais do concelho de Vidigueira, deste modo este caderno poderá permitir a definição de uma estratégia de defesa da floresta contra incêndios moldada ao município de Vidigueira de acordo com os objetivos PNDFCI. Serve de base à definição de planos de ação e metas a planear no caderno II onde são enumerados quais os objetivos a atingir na sua vigência (dez anos).

Este caderno, foi elaborado com base nas características específicas da área geográfica do município de Vidigueira, nomeadamente as decorrentes da sua natureza rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais (Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro 2ª série). Assim deste modo temos a **caracterização física** onde são analisados aspetos com implicação na determinação do risco de incêndio e planeamento florestal como por exemplo a hipsometria, declive, exposição das vertentes e, rede hidrográfica.

A **caracterização climática** cujo objetivo principal baseia-se no enquadramento do território em termos climáticos através da análise da temperatura, vento, precipitação, humidade relativa do ar, e as suas principais implicações para a DFCI.

A **caracterização da população** onde se mostra o aspeto socioeconómico do concelho, bem como a variação dos censos entre (1991-2001-2011), aqui foram analisado(a)s: a população residente, e a sua densidade, o setor de atividade, a taxa de analfabetismo, todos os parâmetros por freguesia.

A **caracterização do solo e povoamentos florestais** parte importante neste item, aqui foram identificados a ocupação do solo sendo a ocupação agrícola em maior área, também as zonas de caça, espécies florestais existentes neste concelho, e por fim os instrumentos de gestão florestal.

A **análise do histórico e causalidade** dos incêndios rurais com base em dados oficiais (SGIF), tendo sido realizada neste ponto uma análise evolutiva dos incêndios que ocorreram no município de Vidigueira. Também o surgimento das cartas de risco e de outras nomeadamente, a carta de uso e ocupação do solo, da sua importância para elaboração de planos de ordenamento, e a sua utilização por parte de cooperações de bombeiros, e outros Agentes de Proteção Civil demonstra uma tomada de consciência em relação a esta problemática.

A resolução dos principais problemas das florestas nacionais, não são rápidas e de fácil concretização pois em muitos casos as causas dos incêndios relacionam-se com fatores culturais e sociais (atividade agrícola, caça, festividades, entre outras). Paralelamente tem-se vindo a assistir a um decréscimo na atividade agrícola, em consequência da diminuição de mão-de-obra, o que leva ao abandono dos espaços rurais. Também a falta de investimento, de estratégia para a dinamização e valorização do espaço rural principalmente no interior do país, faz com que tenham vindo a ser verificadas consequências desertoras originado várias instabilidades na estrutura do coberto vegetal.

Para a realização deste plano foi tido em conta as orientações do Guia técnico do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios (2012), o DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, este novamente alterado pelo DL n.º 83/2014, de 23 de maio: estabelece as medidas e ações a desenvolver no contexto do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no âmbito do despacho n.º 4345/2012, de 27 de março e também as orientações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de março que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), há que referir que a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que procedeu à quinta alteração do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios é a que se encontra em vigor na altura da elaboração deste documento.

Deseja-se com este plano tornar operacional a nível municipal as normas decorrentes da legislação referida anteriormente da qual se retiram obrigações como refere o art.º 2º “ *Ações de articulação institucional, de planeamento, de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturação, vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal*” (Lei n.º 76 /2017, de 17 agosto).

A estrutura deste plano encontra-se definida na Portaria n.º 1139/2006, de 25 de

outubro, e as linhas orientadoras estão presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), este preconiza uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos que tem em vista alcançar objetivos definidos e quantificados no PNDFCI: (RCM n.º 65/2006, de 26 de maio):

- ✓ 1º Eixo estratégico- Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais;
- ✓ 2º Eixo estratégico- Redução da incidência dos incêndios;
- ✓ 3º Eixo estratégico- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- ✓ 4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- ✓ 5º Eixo estratégico- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Por outro lado este Plano tem também por base a Lei n.º 14/2004, de 8 de maio que cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), nomeadamente o artigo 2.º e 3.º da mesma lei onde refere que esta é o centro de coordenação à qual o Presidente de Câmara preside, e de ação local no âmbito municipal, tendo como missão coordenar as ações de defesa da floresta contra incêndios e promover a sua execução.

Com a realização deste plano pretende-se estabelecer um conjunto de orientações para a proteção e promoção da área florestal do concelho a curto, médio e a longo prazo, no âmbito da prevenção e do combate, é de salientar que este PMDFCI tem uma vigência de dez anos, período entre (2018 e 2027), segundo a nova legislação recente nomeadamente o Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro de 2018 que tem por objeto estabelecer os termos para a elaboração do PMDFCI.

1. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O Município de Vidigueira possui 314,20 km² que corresponde a uma área de 31420 ha, e localiza-se na transição do Baixo Alentejo para o Alto Alentejo entre as cidades de Beja na qual dista 25 km e de Évora 56 km.

Em termos geográficos localiza-se na sub-região do Baixo Alentejo, distrito de Beja, tendo como concelhos limítrofes os municípios de Cuba a oeste, Moura a este, Portel a norte, Beja e Serpa a sul (mapa n.º 1, em anexo).

Este concelho insere-se segundo a Nomenclatura da Unidades Territoriais, na NUTS II Alentejo, e NUTS III na região do Baixo Alentejo, na Circunscrição Florestal do Sul, Núcleo Florestal do Baixo Alentejo.

Tendo a serra do Mendro com fronteira a norte, a leste o rio Guadiana, a sul e a oeste estende-se uma vasta planície constituída por quatro freguesias sendo elas Vidigueira (28,06 km²), Vila de Frades (25,82 km²), Pedrogão do Alentejo (123,45 km²) associada a esta freguesia encontra-se a aldeia de Marmelar, Selmes (137,05 km²) e associada a esta encontra-se a aldeia de Alcária da Serra que demarca o extremo norte desta freguesia.

É de referir que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios abrange a totalidade do concelho.

1.2. HIPSOMETRIA

A altitude é um fator orográfico importante uma vez que a mudança de altitude origina uma alteração dos elementos climáticos e consequentemente uma alteração no tipo de coberto vegetal (floresta) uma vez que a altimetria conjugada com o clima e o tipo de solo condiciona o tipo de espécie vegetal que se desenvolverá.

A importância do relevo prende-se essencialmente na evolução dos incêndios rurais, já que o comportamento do fogo é amplamente controlado pela topografia.

Deste modo as características topográficas de território são um importante parâmetro na avaliação da propagação e combate dos Incêndios rurais.

A hipsometria é uma técnica de representação de elevação no terreno através de uma graduação de cores, por outro lado é também um fator orográfico de extrema importância no que se refere à ocorrência e comportamento dos incêndios rurais, pois provoca alterações nos elementos climáticos, bem como na composição do coberto vegetal existente no local, consequentemente influencia as ações na defesa da floresta no combate aos incêndios rurais.

De uma forma geral o município de Vidigueira não possui um relevo muito acidentado, pois as suas cotas variam sensivelmente entre os 88 metros e 412 metros de altitude, (acima do nível médio das águas do mar) sendo que a cota mínima situa-se nos 88 metros, na zona que circunda o rio Guadiana mais especificamente na foz da Ribeira de Odearce, e o ponto mais alto a norte do concelho na Serra do Mendro com 412 metros de altitude, (mapa n.º 2 em anexo) zona onde se localizam montados de Sobro (*Quercus Suber*) e de Azinho, (*Quercus Rotundifolia*) Eucaliptos, (*Eucalyptus Globulos*) (estes deram lugar às novas plantações), Pinheiro manso (*Pinus pinea*), algum mato (mapa n.º 12, em anexo).

Por se tratar de um concelho caracterizado por uma altitude pouco acentuada, pode assumir-se que este fator em questão não será limitante na Defesa da Floresta Contra incêndios (DFCI), não exigindo grandes esforços por parte das equipas responsáveis.

1.3. DECLIVE

Este parâmetro não deixa também de ser importante tal como o anterior, pois representa a inclinação da superfície topográfica relativamente a um plano horizontal, pois influencia a infiltração das águas, o processo da erosão eólica, o ângulo de incidência dos raios solares, bem como influencia a velocidade da propagação dos incêndios rurais, no início da sua ignição consoante o tipo, a quantidade de combustível, e a velocidade do vento.

Este mapa foi elaborado com base em classes de declive expressa em graus, este concelho de um modo geral apresenta um declive pouco acentuado (só

aumentando na zona norte do concelho) que varia entre os 0 ° e 20 °, e em termos de valor este varia entre o valor dois (2) até ao valor quatro (6), (guia técnico, 2012).

Tendo em conta estes valores este município não tem grandes irregularidades na sua distribuição geográfica, nas diversas classes de declive, (5 classes), que se distribuem da seguinte forma:

Quadro 1 - Classes de declive e código associado

CÓDIGO	DECLIVE / CLASSE em graus	VALOR
1	0 - 5	2
2	5 - 10	3
3	10 -15	4
4	15 - 20	5
5	> 20	6

Fonte: Guia técnico 2012

O facto de o declive ser pouco acentuado com foi referido anteriormente facilita e ajuda o trabalho das equipas intervenientes no combate aos incêndios rurais, embora tenha um declive mais acentuado na faixa a norte do concelho nomeadamente na Serra do Mendro cujo seu valor é ≥ 15 (mapa n.º 3, em anexo).

Esta é a zona onde ocorrem o maior número de incêndios, e onde os mesmos apresentam uma maior dificuldade de combate. Por outro lado é nesta zona que a transmissão de calor por radiação aos combustíveis é maior diminuindo o teor de humidade o que se traduzirá numa maior rapidez na ignição dos combustíveis e por sua vez no aumento da velocidade e a intensidade de propagação de um incêndio.

1.4. EXPOSIÇÃO

A exposição das vertentes é uma variável fundamental na DFCI uma vez que afeta a quantidade de radiação solar recebida pela encosta influenciando a humidade do solo e o crescimento da vegetação, assim como o teor de humidade dos

combustíveis vegetais e respetiva inflamabilidade, fatores que influenciam em muito o comportamento dos incêndios, neste ponto é apresentado 5 classes de exposição por quadrantes sendo eles: plano, norte, este, sul e oeste (mapa n.º 4, em anexo).

Verifica-se neste mapa que existe uma exposição fortemente demarcada a sul e a oeste sendo que estas zonas recebem maior radiação solar, logo maiores temperaturas e menor teor de humidade do combustível, consequentemente estão criadas condições para que haja eclosão e propagação de incêndios nestas zonas, em consequência disto estas zonas em causa deverão ser mais vigiadas de uma forma mais rigorosa por parte das equipas intervenientes no que respeita à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

1.5. HIDROGRAFIA

O município de Vidigueira sob o ponto de visto hidrográfico encontra-se bem fornecido de cursos de água (mapa n.º 5, em anexo) como por exemplo ribeiras, barrancos, bem como massas de água com alguma dimensão como são o exemplo das albufeiras de Alqueva e de Alvito e o Rio Guadiana, paralelamente este concelho apresenta uma vasta rede de pontos de água que se distribuem geograficamente por todo o município (mapa n.º 13, caderno I e mapa n.º 23 caderno II, em anexo).

Estes cursos de água (barrancos e ribeiras) associados a um grande número de linhas de água dão origem a uma vasta rede hidrográfica, associada a ela existem as galerias ripícolas (vegetação das margens dos cursos de água) que servem de barreira à progressão dos incêndios, quando estas são bem intervencionadas. De uma forma geral a maior parte dos cursos de água do concelho são permanentes, bem como os pontos de água, mistos e terrestres, que assumem uma grande importância no fornecimento de água às equipas de combate no âmbito da DFCI.

Há a salientar as ribeiras: do Freixo, a ribeira de Odearce que atravessa a freguesia de Selmes e Pedrogão do Alentejo, ribeira de Marmelar todas elas desaguam no Rio Guadiana (carta de apoio à decisão I, caderno III) este mapa está a uma escala de 1:15000 para uma melhor visualização.

As ribeiras de Selmes e de Selminhos que circundam a freguesia de Selmes que vão desaguar na ribeira de Odearce, também os barrancos têm grande representatividade neste concelho a título de exemplo tem: o barranco do Vale da Serra, da Casinha, da Casa branca entre outros (mapa de apoio à decisão I, caderno III). É de salientar ainda a proximidade deste concelho às barragens de Alvito, Roxo e de Odivelas, podem auxiliar o combate aos incêndios no fornecimento de água por via dos meios aéreos. Esta rede hidrográfica tem um papel importante no que toca à disponibilidade hídrica para as espécies vegetais, originando grandes desenvolvimentos a nível da vegetação espontânea junto dos cursos de água, logo grandes corredores de combustível que promovem e facilitam a sua progressão rápida no terreno, tornado difícil o combate aos incêndios rurais tal situação pode provocar um cenário arriscado no combate, especialmente em zonas onde o declive é mais acentuado, pois pode ocorrer o chamado efeito chaminé que é o responsável pelos avanços rápidos da cabeça do fogo, que as vezes circundam os meios de combate com consequências graves, por essa razão é importante fazer uma gestão de combustível eficaz juntos às linhas de água.

2. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O tempo pode ser definido como sendo o estado da atmosfera num determinado local e momento, quanto ao clima, é consequência de um conjunto de condições atmosféricas que sucedem em determinada área, de forma típica e continuada ao longo de dado período de tempo.

A análise do clima de um dado território é determinada por estatísticas de longo prazo (30 anos), de uma série de parâmetros que em climatologia se podem denominar por meteoros (precipitação, temperatura, vento, entre outros).

O nosso país apesar de ter uma área geográfica pequena, tem um clima que varia de local para local, devido ao relevo, à latitude, ao afastamento do mar, importa referir que Portugal insere-se no clima tipicamente mediterrânico (Cs), segundo a classificação de Koppen, caracterizado por apresentar verões quentes, secos e invernos frios com reduzida precipitação.

As características climáticas no que toca ao comportamento dos Incêndios rurais

podem ser analisadas no que afeta ao crescimento e à acumulação de carga de combustível, influi também diretamente o início da propagação do incêndio rural, como tal o clima também afeta duas das três arestas do “Triângulo do comportamento do fogo” constituído pela meteorologia, topografia e combustível. Em resumo os fatores meteorológicos condicionam o comportamento de um incêndio em espaço agro-florestal visto que são determinantes para a inflamabilidade do coberto vegetal existente, influenciando de uma forma decisiva o seu aparecimento, propagação e eliminação.

Por outro lado as condições meteorológicas condicionam igualmente o grau de humidade dos combustíveis pelo que, a conjugação de elevadas temperaturas, com baixa precipitação e humidade relativa baixa favorece a evapotranspiração do coberto vegetal tornando-os mais secos e logo mais inflamáveis.

Para além disso também a ação do vento provoca a desidratação dos mesmos, facilitando a propagação dos incêndios, na medida em que faz aumentar o teor de oxigénio das chamas, colocando-as em contato com as zonas vizinhas ou circundantes transportando o material em combustão, dando origem a focos de incêndios em áreas contíguas.

Para a análise climática deste município considerou-se os elementos meteorológicos como a temperatura do ar, precipitação, vento (frequência e a sua velocidade) e a humidade relativa do ar.

Neste ponto pretende-se descrever as características climáticas, tendo por base normais climatológicas disponíveis e fornecidas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) para um determinado período de tempo (1971-2000) neste município.

2.1. TEMPERATURA DO AR

Fator importante no crescimento das plantas e desenvolvimento das mesmas sendo que a sua variação pode ser condicionada pelo relevo, pela aproximação das massas de água, pelo coberto vegetal, pelo regime dos ventos, latitude, (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo, 2005).

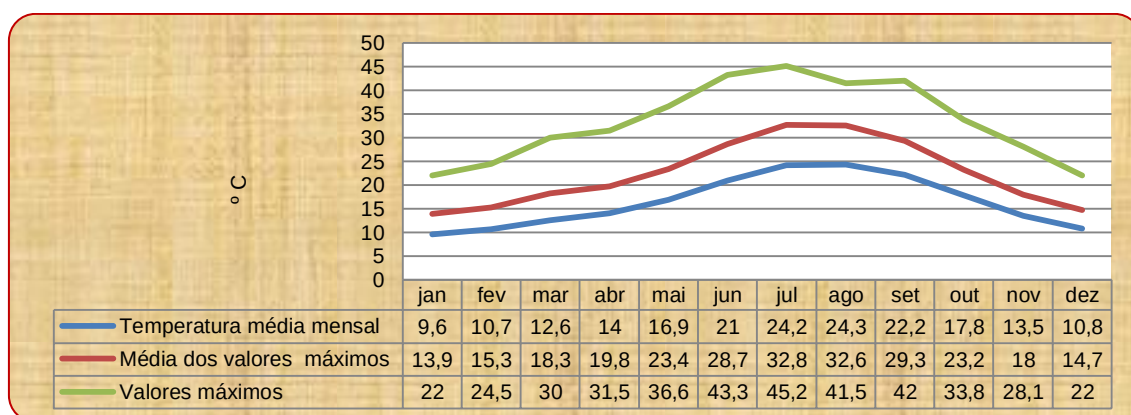
Este parâmetro atua muito no comportamento dos incêndios, por isso é muito

marcante na prevenção e no combate dos mesmos. O município de Vidigueira é influenciado pela latitude e pelo afastamento marítimo, é um concelho fortemente demarcado pela grande amplitude térmica entre os meses de inverno e de verão, atingindo temperaturas muito elevadas.

Nos meses de julho, agosto e setembro e temperaturas mais baixas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Neste período em apreço (1971-2000) a média dos valores mensais da temperatura registada foi de 16,46º C; média dos valores máximos da temperatura foi de 22,5º C e média do valor máximo foi de 33,34º C.

Quanto às implicações para a DFCI conclui-se que as temperaturas elevadas na ordem dos 40º C que se fizeram sentir durante os meses mais quentes (junho, julho, agosto e setembro) originam uma maior probabilidade de ocorrência de incêndios, por motivos naturais e ou humanos, que podem dificultar a prevenção e o combate dos mesmos (gráfico 1).

Gráfico 1 – Valores mensais da temperatura média, média dos valores máximos e valores máximos para um período de 30 anos



Fonte: IPMA 2016

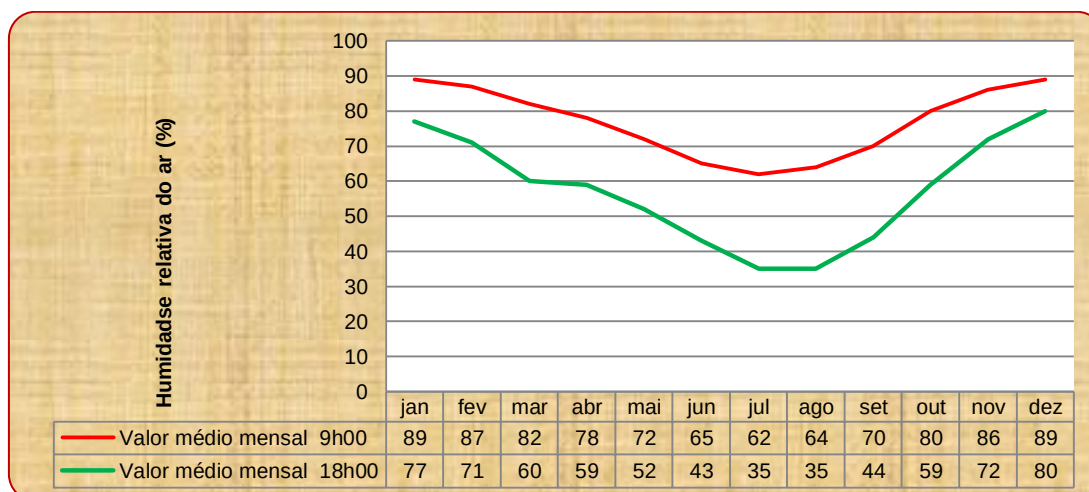
2.2. HUMIDADE RELATIVA DO AR

A humidade relativa do ar mede a quantidade de vapor de água que existe no ar em relação ao máximo que o ar poderia conter à mesma temperatura. Fator climático que influencia o desenvolvimento e a progressão dos grandes incêndios, sendo que este fator varia ao longo do dia no sentido inverso à evolução da temperatura atingindo valores mínimos durante a tarde quando a temperatura do ar está elevada, sendo que essa diminuição mais importante nos meses de verão (PROFBA,2005).

O gráfico 2 mostra a distribuição dos valores médios às 09h00 e 18h00 para um período de 30 anos (1971-2000) da sua análise conclui-se que neste período a média dos valores médios mensais da humidade relativa do ar registadas às 9h00 e às 18h00 diminuiu nos meses de verão onde a temperatura é maior, (gráficos 1 e 2).

À medida que este fator aumenta, a probabilidade de início de um incêndio rural diminuí, dificultando a sua propagação devido a atmosfera ceder humidade aos combustíveis impedindo deste modo a sua combustão.

Gráfico 2 - Valores médios mensais da humidade relativa do ar (09h00 e 18h00) para um período de 30 anos



Fonte: IPMA 2016

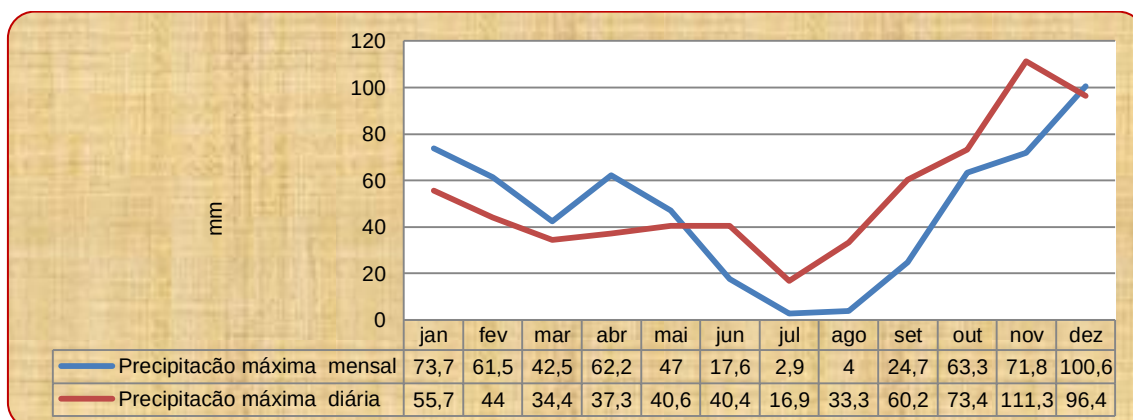
2.3. PRECIPITAÇÃO

Este é um fator importante pois tem efeitos sobre o tipo de vegetação, sistema de drenagem no solo e a humidade no solo, (PROFBA, 2005). Pela análise da precipitação verifica-se que para a região do Baixo Alentejo a sua distribuição ao longo do ano é irregular porque se concentra mais de outubro a março, esta irregularidade provoca limitações nas atividades florestais e agrícolas, por outro lado a intensidade da chuva a seguir ao período seco origina erosão do solo, (PROFBA, 2005). Por outro lado a ação erosiva da chuva depende da sua intensidade, da duração, da distribuição espacial, da massa e do diâmetro e da velocidade das gotas de água, (PROFBA, 2005).

O município de Vidigueira para o período em apreço registou-se uma precipitação total de 571,8 mm e precipitação máxima diária de 643,9 mm, sendo que no mês de novembro o mais chuvoso, (IPMA, 2016).

Quanto às implicações para a DFCI conclui-se que a baixa precipitação durante os meses de verão para além das temperaturas altas ou elevadas, da baixa humidade provoca um aumento da desidratação do coberto vegetal tornado este mais combustível, para além disso diminui a quantidade de água na rede hidrográfica nos anos mais secos fator que é muito condicionante na prevenção e no combate a Incêndios rurais (gráficos 1 e 3).

Gráfico 3 – Valores mensais da precipitação, máximas diárias para um período de 30 anos



Fonte: IPMA 2016

2.4. VENTO

O vento é definido como sendo um movimento do ar com uma determinada direção e intensidade, (SNIRH, 2016). Este fator meteorológico é o que varia mais rapidamente com decorrer do tempo, caracterizando-se pela velocidade e direção.

A maior ou a menor intensidade do vento, e o seu rumo estabelecem a velocidade e a direção dos Incêndios rurais ou seja possuem um papel importante na disseminação do fogo, também influência a humidade relativa dos combustíveis, e fornece oxigénio para a combustão. Para além disso transporta o ar quente, seca os combustíveis, e dispersa as partículas que estão em ignição, ainda que as temperaturas não sejam elevadas e a humidade relativa do ar seja moderada, os combustíveis possam apresentar baixos teores de humidade, visto que o ar que se movimenta em torno das folhas promove a evaporação da água nos tecidos das mesmas, o que pode dificultar imenso a ação das forças de combate.

Pela análise do quadro seguinte, a frequência média mensal do vento predomina nos quadrantes E (este), maiores valores nos meses de inverno, oeste (W) sendo esta direção que se destaca mais, atingindo valores altos nos meses de verão.

Geralmente ao longo do ano a frequência no quadrante noroeste (NW), valores maiores com o início da subida das temperaturas, de maio a agosto enquanto a velocidade deste atinge maiores valores no quadrante sul (S) e sudoeste (SW).

Em suma este município insere-se no clima mediterrânico (Cs) como foi referenciado anteriormente onde as temperaturas mais elevadas ocorrem nos meses de junho a setembro, (gráfico 1) coincidindo com os valores baixos de precipitação bem como a humidade relativa do ar, nos meses de verão de junho a setembro (gráficos 2 e 3). A ausência de chuva nos meses referidos provoca um aumento na possibilidade de ocorrência de incêndios rurais, com estes quatro parâmetros estão modo estão reunidas todas as condições propícias à ignição e progressão de ocorrência de incêndios assim é, que nestes meses se deve promover a intensificação da vigilância, bem como os níveis de prontidão dos meios de combate a incêndios rurais.

Quadro 2 - Valores médios mensais da frequência e velocidade do vento para um período de 30 anos

	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW	
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V
Janeiro	5.6	9.6	5.3	10.3	23.8	11.6	17.9	13.6	11.7	15.5	11.8	16.0	14.8	14.2	9.0	11.0
Fevereiro	6.8	10.9	5.2	12.4	20.0	12.0	14.0	13.7	12.8	15.0	9.0	15.8	20.1	16.7	12.1	11.0
Março	7.2	12.3	6.6	11.0	19.7	12.9	15.9	12.8	9.1	12.7	8.0	14.1	18.2	14.5	15.4	14.5
Abril	8.7	16.8	6.4	13.1	13.9	12.6	11.2	13.7	10.9	14.6	11.9	14.3	19.9	15.1	17.1	17.0
Maio	12.7	14.6	4.8	11.8	10.8	12.8	9.7	13.2	11.5	13.7	11.7	14.7	18.2	13.1	20.5	15.0
Junho	12.7	14.4	6.7	11.0	8.1	13.2	6.3	11.9	12.1	12.5	9.1	11.7	19.5	11.3	25.4	14.3
Julho	15.8	14.2	3.5	11.4	7.3	12.6	7.8	12.2	10.0	10.7	7.5	10.0	20.3	11.3	27.5	14.0
Agosto	10.4	14.9	5.4	11.1	6.5	13.3	7.5	12.1	10.2	10.6	6.6	10.4	23.4	11.1	29.3	13.9
Setembro	9.4	13.7	4.5	9.6	12.2	12.0	12.0	11.8	12.1	11.4	8.3	11.7	23.6	10.7	17.6	14.0
Outubro	6.5	13.9	7.0	9.6	18.8	11.2	16.1	13.8	13.7	13.7	11.3	15.1	16.5	12.6	10.2	14.2
Novembro	5.5	9.7	7.2	10.3	18.6	10.9	18.1	12.9	11.8	14.1	11.1	16.2	16.3	14.0	11.2	12.1
Dezembro	6.5	10.0	6.2	9.8	20.8	11.9	18.3	14.5	12.5	16.8	12.7	18.0	14.1	15.6	8.6	11.3
Velocidade média mensal	-	13.4	-	10.9	-	12.1	-	13.2	-	13.5	-	14.4	-	13.1	-	13.9
Frequência média mensal	9.0	-	5.7	-	15.0	-	12.9	-	11.5	-	9.9	-	18.7	-	17.0	-

Fonte: IPMA 2016

F-Frequência (%); V-Velocidade (Km/h)

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

3.1. POPULAÇÃO RESIDENTE POR CENSO E FREGUESIAS (1991/2001/2011) E DENSIDADE POPULACIONAL (2011)

De acordo com as definições que se encontram no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA, 2005):

“População é um elemento estratégico que se inter-relaciona com o sistema económico, social e territorial, interferindo diretamente na definição de uma política e de um esquema de ordenamento do território.”

“Densidade populacional exprime o número de habitantes por quilómetro quadrado (km²), sendo, por isso, um indicador da “concentração” da população – altas densidades populacionais indicam um elevado número de habitantes por unidade de superfície.”

“Índice de envelhecimento é o número de habitantes com mais de 65 anos, por cada 100 habitantes com menos de 15 anos, valores superiores a 100 indicam que população está envelhecida.”

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Florasul, (2007) a população residente neste concelho, por freguesia para os anos de 1991 até 2011, inclusive verificou-se que para freguesia de:

- ✓ Vila de Frades desde 1991 até 2011 sofreu uma diminuição no número dos seus habitantes de 1051 para 928 habitantes com uma densidade populacional de 35.9 hab/km²;
- ✓ O município de Vidigueira registou um aumento do número de habitantes de 2865 para 2973, de (1991 - 2001) e diminuindo deste ano para o ano de 2011 com 2959 habitantes com uma densidade populacional de 105.5 hab/km²;
- ✓ Selmes diminuiu de 1196 para 894 habitantes de 1991 para 2011 habitantes com uma densidade populacional de 6.52 hab/km²;

✓ Pedrogão do Alentejo aumentou de 1193 para 1214 em (1991-2001), e diminuindo em seguida para 1151 habitantes no ano de 2011 populacional de 9.3 hab/km².

No geral o município de Vidigueira tem vindo a perder população residente bem como densidade populacional (mapa n.º 6, em anexo) verificou-se que decresceu de 6305 (em 1991) para 5932 (em 2011) habitantes nas três décadas em apreço, mesmo sucede de uma forma geral em todo o distrito de Beja, o que implica de uma forma negativa a DFCI, na medida em que se tem vindo assistir ao abandono continuado dos espaços agrorurais por parte da população que se dirigem para os grandes centros urbanos ficando os mesmos mais vulneráveis às ocorrências de incêndios tanto rurais como agrícolas, diminuído assim a capacidade na deteção dos mesmos. Por outro lado estas condições atrás referidas a carga de combustíveis presentes nestes espaços sem qualquer intervenção a nível da silvicultura preventiva, irão aumentar a quantidade de biomassa tanto verticalmente como horizontalmente, daí que estes locais ou zonas deverão merecer uma maior atenção, reforço na prevenção e vigilância por parte de quem de direito no sentido a diminuir o número de focos de incêndios.

3.2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (1991/2001/2011) E SUA EVOLUÇÃO (1991-2011)

O índice de envelhecimento da população é um dos problemas demográficos que se tem vindo a verificar por todo o território nacional e este concelho não é diferente do contexto nacional, incluindo o distrito de Beja.

Ainda segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), para as mesmas três décadas verifica-se o seguinte: que a evolução do índice de envelhecimento na freguesia de Vila de Frades é menor do que nas outras freguesias, seguindo-se a freguesia de Selmes e Pedrógão do Alentejo e por fim a freguesia sede de município onde se verifica um índice de envelhecimento maior, (mapa n.º 7, em anexo).

As razões são as mesmas do ponto anterior o que implica de uma forma negativa

na DFCI, aliado a todas estas razões também deparamos com as mentalidades de um público-alvo envelhecido, que por si só apresentam algumas limitações em termos de mobilidade, o que pode aumentar o tempo de resposta pondo em risco todo um espaço que deveria ser preservado.

3.3. POPULAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE (%) 2011

Em termos gerais houve uma descida do setor primário e secundário, tendo vindo a crescer o setor terciário no distrito de Beja.

Os setores de atividade económica distribuem-se por três grupos, setor primário que engloba agricultura, pecuária e pescas, setor secundário engloba a indústria de transformação de matérias-primas provenientes do setor anterior, por fim o setor terciário que inclui bens e serviços.

Quadro 3 - População por setor de atividade (%) 2011

FREGUESIAS	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
Pedrogão do Alentejo	14.59	4.77	11.90
Selmes	10.85	5.48	19.35
Vidigueira	2.97	5.71	30.11
Vila de Frades	6.68	6.46	24.13

Fonte: INE 2011

No geral este município à exceção da freguesia de Pedrogão do Alentejo cujo setor de atividade assenta no setor primário com (14.59%) com o setor terciário impera nas freguesias de Vila de Frades (24.13%), Vidigueira (30.11%) e Selmes (19.35%), setor que engloba as escolas distribuídas por todo o concelho, centro de saúde na sede de município, bem como as extensões de saúde em todas as freguesias, bancos e administração pública seguindo-se o setor secundário que inclui a indústria de transformação dos produtos fornecidos pelo setor primário: azeitonas, queijos, mel, uvas e carne no fabrico de azeite, vinho e enchidos são

estes os produtos que se destacam mais nesta região, (mapa n.º 8, em anexo).

A caça, o turismo rural e passeios temáticos ao ar livre ocupam o seu lugar para o desenvolvimento local.

Este município verifica-se que existe uma maior representatividade do setor terciário (quadro 3), sobrepondo aos outros referidos anteriormente põe em causa o futuro dos espaços agroflorestais por estes serem abandonados em consequência deste ato vai haver um aumento do risco de ocorrência de incêndios devido à ausência de limpeza nestes locais, nomeadamente uma gestão eficaz e adequado fogo, a quantidade de biomassa aumenta pondo em risco estas zonas.

3.4. TAXA DE ANALFABETISMO (1991/ 2001/ 2011)

Segundo os dados do INE, (2011) a taxa de analfabetismo a nível do território nacional, situava-se nos 5,22%, a nível distrital a mesma taxa é de 11,1%. Quanto a este município a taxa de analfabetismo para o ano de 2011 na freguesia de Vila de Frades situa-se nos 8.91%, na sede de município nos 8.13%, em Selmes nos 15.25% e em Pedrogão do Alentejo nos 17.34%, (mapa n.º 9, em anexo).

De uma forma geral a mesma no município diminuiu desde 1991 a 2011, esta redução verificada poderá ter benefícios no âmbito da DFCL, uma vez que a população se encontra mais esclarecida/instruída ou sensibilizada, a nível de conhecimentos no que toca à matéria de prevenção e deteção de incêndios em espaço agroflorestal deste modo a população poderá responder de uma forma mais ativa e preventiva neste contexto o que se pode traduzir num ganho na prevenção e também na resposta, o que pode conduzir à diminuição do risco de incêndios e da área ardida que é o um dos estratégicos deste plano.

3.5. ROMARIAS E FESTAS

A forte afluência de pessoas durante as festas e romarias muitas vezes em zonas de espaços florestais que confinam com os aglomerados rurais assim como a prática de lançamentos de foguetes nestas zonas durante estes eventos constituem um fator de risco para a floresta. Deste modo, este ponto é de extrema importância no

que se refere à DFCI pois muitas das vezes o uso ou o lançamento indevido de foguetes, uso de fogo-de-artifício por negligência ou por dolo por parte de quem a prática conduzem à eclosão de incêndios em espaço florestal, neste contexto a legislação portuguesa através da Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, no artigo 29.º ponto 1, proíbe tais práticas no período crítico. No ponto 6 (uso de foguetes ou o seu lançamento) a mesma Lei refere que mesmo fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco de incêndio rural a níveis de muito elevado e máximo mantêm-se as restrições referidas nos pontos 1, 2 e 4:

- ✓ Não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes;
- ✓ Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no anterior, está sujeita a autorização prévia da respetiva câmara municipal ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais;
- ✓ Durante o período crítico, as ações de fumigação ou desinfestação em apiários não são permitidas, exceto se os fumigadores estiverem equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.

Por outro lado a realização destes eventos implicam um aumento no número da afluência de visitantes ao concelho, é nesta circunstância que se torna imperativo haver uma maior fiscalização visto que a maior parte destes eventos realizam-se no verão época que coincide com o período crítico, neste município as festas e romarias ocorrem nas quatro freguesias, (mapa n.º 10, em anexo).

Quadro 4 - Identificação de romarias e festas

Freguesia	Tipo	Evento	Periodicidade	Data
Vila de Frades	Festa	Vitifrades	Anual	Dezembro
	Festa	S Cucufate	Anual	Julho
	Festa	Festa	Anual	Junho
	Festa Nossa Sr. ^a da Dores	Romaria	Anual	Semana antes da Páscoa
	Marchas populares	Festas	Anual	Junho
Vidigueira	Festa Nossa Sr. ^a das Relíquias	Romaria	Anual	Ascensão
	Concentração Motard	Concentração	Anual	Agosto
	Vidigueira Vinho	Festa	Anual	Páscoa
	Marchas populares	Festa	Anual	Junho
	Festival Jovem	Festa	Anual	Agosto
Selmes	Festa S. Catarina	Romaria	Anual	Julho ou agosto
	Festival	Festival gastronómico	Anual	Fevereiro
	Festa Nossa Sr. ^a das Relíquias	Romaria	Anual	Setembro
	Marchas populares	Festa	Anual	Junho
	Festival do caracol	Festa	Anual	Maio
Pedrogão do Alentejo	Festival	Festival Gastronómico	Anual	Julho
	Festa n ^a Sr. ^a das Candeias	Romaria	Anual	Agosto
	Festa de santa Brígida	Romaria	Anual	Agosto
	Festival da silarca	Festival	Anual	Março
	Marchas populares	Festa	Anual	Junho

Fonte: CMV 2018

No município de Vidigueira existem várias festividades durante o período crítico que possibilitam o lançamento destes artefactos, para o efeito devem-se tomar as medidas preventivas e de autoproteção necessárias, de forma a evitar uma potencial fonte de ignição.

4. CARACTERIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONAS ESPECIAIS

Quanto à distribuição do coberto vegetal segundo o Plano Diretor Municipal deste concelho (PDM, 1993 – o mesmo encontra-se em revisão) é caracterizado por possuir uma área florestal e agrícola, sendo que a primeira é constituída pelas áreas com aptidão silvopastoril dominante identificadas na planta de ordenamento, montados e pastagens.

- ✓ Os espaços agrícolas constituídos por áreas com grande aptidão agrícola dominante para sistemas agrícolas intensivos e outras áreas para sistemas agrícolas intensivos e pratenses;
- ✓ Espaços rurais áreas com aptidão silvo pastoril dominante à base de montados e pastagens;
- ✓ Espaços culturais e naturais onde está presente a rede de proteção e valorização ambiental (montados de Sobro puros ou mistos, montados de Azinho), Rede Ecológica Nacional e (REN) e Rede Agrícola Nacional (RAN).

A análise do uso e ocupação do solo é importante para se ter um conhecimento do que realmente existe na estrutura da paisagem, razão pela qual a extensão/intensidade dos incêndios está relacionada diretamente com o estado e a quantidade da vegetação (combustível) existente e o seu grau de inflamabilidade.

4.1. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Para a elaboração do mapa de uso e ocupação do solo foi utilizado o Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2015) fornecida pela Direção Geral do Território (DGT), (mapa n.º 11, em anexo).

Foram categorizadas as Megaclasses contidas na COS2015, assim entende-se por:

Floresta: Terreno, com área maior ou igual a 0,5 hectares e largura maior ou igual a 20 metros, onde se verifica a presença de árvores florestais que tenham atingido, ou com capacidade para atingir, uma altura superior a 5 metros e grau de coberto maior ou igual a 10%, (IFN6, 2013).

Agricultura: Terrenos ocupados por culturas agrícolas incluindo todas as culturas temporárias ou perenes, assim como as terras em pousio (i.e. terras deixadas em repouso durante um ou mais anos, antes de serem cultivadas novamente), (IFN6, 2013).

Matos: Terreno, com área maior ou igual a 0,5 hectares e largura maior ou igual a 20 metros, onde se verifica a ocorrência de vegetação espontânea composta por mato (por ex.: urzes, silvas, giestas, tojos) ou por formações arbustivas (carrascais ou medronhais espontâneos) com grau coberto igual ou superior a 25% e altura igual ou superior a 50 cm, (IFN6, 2013).

Pastagens: Terreno, com área maior ou igual a 0,5 hectares e largura maior ou igual a 20 metros, ocupado com vegetação predominantemente herbácea, semeada ou espontânea, utilizável para pastoreio *in situ*, e que acessoriamente pode também ser cortada em determinados períodos do ano, (IFN6, 2013).

Sistemas agroflorestais: é um sistema que reúne as culturas de importância agronômica em consórcio com a floresta. Um sistema agroflorestal é um sistema de plantio de alimentos que é sustentável e ainda faz a recuperação de uma floresta.

Na perspetiva do desenvolvimento rural sustentável as agroflorestas constituem sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras) das mais variadas espécies, são manejadas em consórcios com plantas herbáceas, culturas agrícolas e/ou forrageiras e/ou em integração com animais, dentro de uma mesma unidade de manejo.

Territórios artificializados: Terreno, com mais de 0,5 ha e 20 m de largura, edificado com construções efetuadas pelo Homem (prédios, casas, armazéns, estradas, pavimentos artificiais), integradas em grandes ou pequenos aglomerados urbanos ou isoladamente. Pode incluir terrenos, (IFN6, 2013).

Corpos de água: Superfície, com mais de 0,5 ha e 20 m de largura, coberta ou saturada de água durante a totalidade, ou uma parte significativa do ano, (IFN6, 2013).

O quadro 5 que mostra o uso e ocupação do solo neste concelho até ao ínfimo pormenor que será apresentado nos mapas n.ºs 11 e 12, em anexo.

Pela análise do quadro 5, verifica-se que se trata de um concelho predominantemente de uso agrícola com área aproximadamente de 11000 ha enquanto a ocupação florestal, representa aproximadamente 10500 ha (mapa n.º 11, em anexo).

As implicações em termos de DFCI mostra que este concelho a área agrícola cria uma descontinuidade no espaço rural/ florestal quebrando deste modo o avanço e propagação dos incêndios, mas não se pode ignorar que o uso da maquinaria florestal e ou agrícola por parte de quem a utiliza por vezes devido à negligência pode ser o ponto de início da ocorrência de incêndios por vezes de grande dimensão.

Quadro 5 - Ocupação do solo (ha)

Freguesias	Territórios artificializados	Agricultura	Floresta	Matos	Sistemas Agroflorestais	Pastagens	Corpos de água	Espaços descobertos ou com Vegetação esparsa
Vila de Frades	42.59	1451.23	1240.74	10.38	532.28	231.48	3.36	-
Vidigueira	154.81	1590.55	1100.21	12.95	-	75.27	4.04	3.46
Selmes	100.11	11930.31	2674.16	22.68	3025.33	3172.34	262.15	-
Pedrogão do Alentejo	99.62	3912.71	2739.73	409.46	3086.43	1751.96	1398	-
TOTAL	397.13	18884.70	7.754.84	455.47	6644.04	5231.05	1667.55	3.46

Fonte: COS 2015

4.2. POVOAMENTOS FLORESTAIS

Os povoamentos florestais consoante a sua composição podem ser puros em que existe uma ou mais espécie de árvores florestais em que uma delas ocupa mais de 75% do coberto total.

Quadro 6 – Povoamentos florestais

Povoamentos florestais	Ofo	Pbr	Pma	Sob	Azi	Euc	Sob&Az	Mt
Vila de Frades	3.80	22.02	46.20	972.82	725.37	1.80	-	10.38
Vidigueira	2.47	-	70.51	394.46	582.77	-	-	12.95
Selmes	24.59	-	588.51	333.98	3429.62	1170.41	-	22.68
Pedrogão do Alentejo	20.12	-	640.78	352.04	4616.27	163.13	235.93	409.46
TOTAL	52.27	22.02	1395.48	2053.30	9354.03	1335.34	235.93	455.47

Fonte: COS 2015

Ofo – Outras folhosas; **Pbr** - Pinheiro bravo; **Pma** - Pinheiro manso; **Ore** - outras resinosas; **Sob** - Sobreiros; **Azi** -Azinheiras; **Euc** - Eucaliptos, **Sob&Az** – Sobreiro com Azinheiras **Mt** - Matos; (mapa n.º 12, em anexo).

Os povoamentos mistos, estão presentes uma ou mais espécies mas que nenhuma delas ocupa mais de 75% do coberto total, (ICNF, 2014).

A descrição sucinta das espécies florestais conduz a um melhor conhecimento do grau de ocupação e de distribuição desta por todo o concelho, e também dos locais ou zonas que requerem maior atenção, para prevenir de eventuais ocorrências de incêndios rurais, mas também para proceder à priori às limpezas para os evitar.

4.3. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 (ZPE+ZEC) E REGIME FLORESTAL

Este município não está abrangido por áreas protegidas, como não está inserido na rede natura 2000, nas zonas de proteção especial, e zona de conservação, e regime florestal.

4.4. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

Os Instrumentos de Gestão Florestal (IGF) são ferramentas de apoio ao planeamento, pois garantem uma base de trabalho com base na realidade de uma região em causa, assumindo um papel importante na redução do número de incêndios.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de outubro uma gestão correta dos espaços florestais passa necessariamente pela definição de uma adequada política de planeamento tendo em vista a valorização, proteção e a gestão sustentável dos recursos florestais.

De acordo com a legislação em vigor a lei de bases da política florestal, nomeadamente a Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, define esta obedecendo a vários princípios gerais, e orientadores descritos nos artigos 2º e 3º.

No artigo 5º da mesma lei nomeadamente no ponto 1 refere que a organização dos espaços florestais faz-se através de planos de ordenamento florestal, numa ótica de uso múltiplo e de forma articulada com os planos regionais e locais de ordenamento do território.

A mesma lei estabelece que o ordenamento e gestão florestal são efetuados através dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) devendo estes esclarecer

quais as práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais.

O instrumento de gestão florestal presente no Baixo Alentejo é o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA) referido em pontos anteriores.

Conforme o artigo 4º do DL n.º 16/2009, de 14 de janeiro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) “é um instrumento de política setorial à escala da região, que estabelece as normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, de acordo com os objetivos previstos na Estratégia Nacional para as Florestas, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto dos bens e serviços a eles associados”.

“Estabelece as normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos previstos na Estratégia Nacional”.

Assim como instrumentos de planeamento florestal temos para este município o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo, (PROFBA, 2005).

Este vigora por um período de 20 anos podendo ser sujeito a alterações periódicas a efetuar de 5 em 5 anos, abrangendo os municípios de Vidigueira entre outros do distrito de Beja (Decreto regulamentar n.º 18/2006, de 20 de outubro).

Há ainda a acrescentar que este concelho segundo este instrumento de gestão florestal insere-se nas sub-regiões homogénea dos Campos de Beja e Alqueva (mapa n.º 13, em anexo e Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de outubro).

Temos também o Plano Diretor Municipal (PDM), que estabelece um conjunto de condicionantes na perspetiva da harmonização do uso do solo, com fatores de índole ambiental, económica, social, cultural, e espaços urbanos.

Este plano prevê o ordenamento do território, como por exemplo, os espaços agro-silvo-pastoris onde se inserem montados de sobro e de azinho, e de áreas de floresta a proteger, cujas funções mais importantes são o asseguramento da continuidade da estrutura verde e proteger o relevo natural e a diversidade ecológica, e ainda zonas verdes de recreio e lazer.

Devido à presença das albufeiras de Pedrógão do Alentejo, barragens de Alvito e de Alqueva, este município está abrangido por vários planos de ordenamento sendo eles: o Plano de Ordenamento de Albufeira e Águas Públicas (POAAP) que dele faz parte o

Plano de ordenamento da albufeira de Alvito e o Plano de ordenamento das albufeiras do Alqueva e Pedrogão do Alentejo e pela bacia hidrográfica do rio Sado sendo que parcialmente abrangido, (Agência Portuguesa do Ambiente, 2016).

Todos eles têm como finalidade o planeamento, bem como o ordenamento do plano da água, a partir da qual se extrapolam regras para uso, ocupação do solo. Para além deste este município também está abrangido pelos planos da bacia hidrográfica do Sado e Guadiana, (ICNF, 2014) - (mapa n.º 13, em anexo).

A presença de todas estas massas de água, associadas à rede hidrográfica distribuída por todo o município, é extremamente importante porque representam uma mais-valia para o fornecimento ou abastecimento de água através de meios aéreos e terrestres às equipas de combate aquando a ocorrência de incêndios.

4.5. EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, ZONAS DE CAÇA E PESCA

Este município possui um equipamento florestal de recreio, propriamente, o parque de merendas do Nicho, situado na zona do Mendro, junto ao IP2, esta Infraestrutura é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. O concelho de Vidigueira também possui zonas de caça municipal, turística e pesca profissional e desportiva.

Segundo o DL n.º 167/2015, de 21 de agosto: *“A caça, enquanto forma de exploração racional e sustentada dos recursos cinegéticos, é assumidamente um fator de riqueza nacional, de desenvolvimento regional e local, de apoio e valorização do mundo rural”.*

“A exploração dos recursos cinegéticos, através do exercício da caça, encarada na ótica do uso sustentável daqueles recursos, cumpre uma diversidade de funções, de natureza económica, social, cultural, ambiental e recreativa, que cabe ao Estado salvaguardar”.

Ainda a legislação portuguesa define também diferentes tipologias zonas de caça através do DL n.º 202/2004, de 18 de agosto, artigo 9º refere:

“Zona de Caça Nacional (ZCN) de interesse nacional, a constituir em áreas que, dadas as suas características físicas e biológicas, permitam a formação de núcleos de potencialidades cinegéticas a preservar ou em áreas que, por motivos de segurança, justifiquem ser o Estado o único responsável pela sua administração”.

“De interesse **municipal**, a constituir para proporcionar o exercício organizado da

caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis, adiante designadas por Zonas de Caça Municipais (ZCM).”

“De interesse **turístico**, a constituir por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados, adiante designadas por Zonas de caça turísticas (ZCT).”

“De interesse **associativo**, a constituir por forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética, adiante designadas por Zonas de caça associativas (ZCA).”

De uma forma positiva e de uma maneira geral os recursos aquícolas constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural.

A pesca em águas interiores, enquanto atividade exploradora destes recursos, é capaz de proporcionar benefícios diretos (consumo e venda de peixe capturado) e indiretos (oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico, exploração económica em concessão ou reservas de pesca com a criação de receitas e postos de trabalho).

O correto ordenamento dos recursos aquícolas é por isso de grande importância, podendo a pesca constituir um elemento significativo no âmbito do uso múltiplo dos espaços florestais. É também de referir que existe uma zona de pesca desportiva nas freguesias de Selmes, e outra profissional na freguesia de Pedrógão do Alentejo (mapa n.º 14, em anexo).

De uma forma negativa a existência destas zonas no município de Vidigueira, as atividades que aí são praticadas em termos de lazer podem conduzir a um potencial o risco de incêndio, devido a uma eventual negligência, por dolo por parte de quem frequenta essas zonas nomeadamente quando procedem ao lançamento de beatas, outras fontes de ignição como por exemplo a realização de fogueiras, ou também pelo eventual desleixo das entidades na gestão de combustíveis.

5. ANÁLISE DO HISTÓRICO E CAUSALIDADE DOS INCÊNDIOS RURAIS

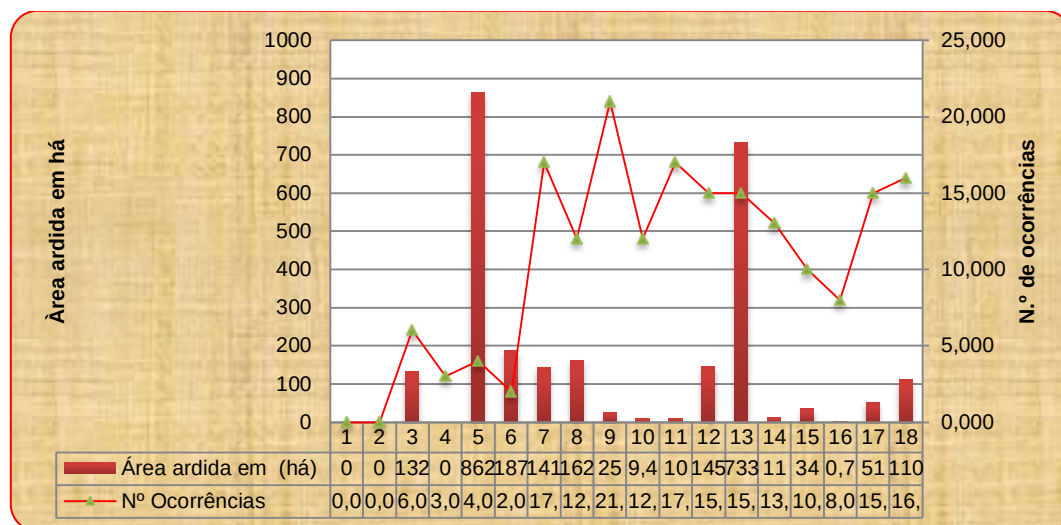
Os incêndios em espaço rural são fenómenos que são transversais sob o ponto de vista do impacto no território, pois não distinguem áreas privadas das públicas, nem os limites de propriedades ou até de região administrativa, por outro lado um fator comum às áreas atingidas por incêndios são por exemplo a ausência de gestão adequada desses espaços. Também as condições meteorológicas são um fator que contribuem para a eclosão de incêndios e no seu desenvolvimento, na época mais quente do ano quando as temperaturas são altas associadas à negligência ou intensão de origem humana resultam consequências que provocam danos ou a perda total a nível da cobertura vegetal, bens que se encontrem na área atingida. Apesar de não se conseguir prever quando e onde irá ocorrer um incêndio, é importante saber ou conhecer o seu histórico e a sua causalidade dos mesmos porque nos permite identificar as condições que potenciaram o risco e o padrão descrito, devendo nestes casos ser reforçada tanto a prevenção e vigilância como forma de reduzir os impactos ambientais e sociais a que lhes estão associados.

5.1. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS – DISTRIBUIÇÃO

5.1.1. Anual

Aqui são contabilizados os incêndios, fogachos, grandes incêndios, bem como os falsos alarmes, para estes pontos os dados foram recolhidos a partir do Sistema Gestão de Informação de Incêndios rurais (SGIF) aos anos de 2000 a 2017. Para os anos de 2000 e 2001 não foram encontrados registos, em todos os pontos a seguir.

Gráfico 4 - Valores anuais da área ardida e número de ocorrências – distribuição anual (2000-2017) para um período ≥ 10 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

Os maiores incêndios ocorreram em quatro anos consecutivos (2004 a 2007) nas freguesias de Pedrogão do Alentejo e Selmes (mapa n.º 15, em anexo).

De acordo com o gráfico anterior verifica-se nos anos em apreço registaram-se 186 ocorrências onde arderam 2611,7 ha, sendo que o ano de 2004 e 2012 os mais problemáticos, com o número de ocorrências a aumentar de 4 para 15 com um intervalo de tempo de 8 anos.

Nos últimos cinco anos a área ardida diminuiu consideravelmente. Pode-se associar estes números quer à existência de uma maior preocupação no que respeita à prevenção do município de Vidigueira na DFCI, quer a uma maior ação de vigilância e deteção por parte de eSF do município. Esta equipa foi constituída em 2009, são por definição segundo o DL n.º 8/2017, de 9 de janeiro nomeadamente o artigo 3º define sapador florestal como sendo um trabalhador especializado, com perfil e formação específica adequados ao exercício de atividades de silvicultura e defesa da floresta, como:

- ✓ Silvicultura preventiva na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou fogo controlado, entre outras;
- ✓ Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos;
- ✓ Silvicultura de carácter geral;

- ✓ Manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e de apoio à gestão florestal;
- ✓ Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da limpeza das florestas e da fitossanidade;
- ✓ Vigilância armada, primeira intervenção em incêndios rurais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da lei de bases da proteção civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

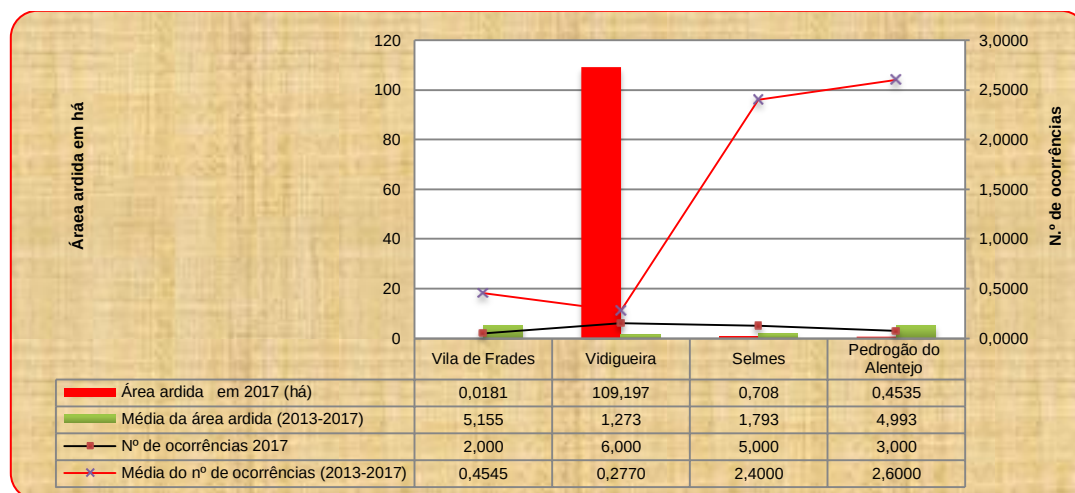
Quadro 7 - Área ardida e n.º de ocorrências ≥ 10 anos

Anos	Área ardida (ha)	N.º Ocorrências
2000 ¹	0	0
2001	0	0
2002	131,5	6
2003	96,7	3
2004	861,9	4
2005	187	2
2006	141,8	17
2007	161,62	12
2008	24,539	21
2009	9,38	12
2010	10	17
2011	144,85	15
2012	732,8	15
2013	11,11	13
2014	34,07	10
2015	0,737	8
2016	50,69	15
2017	109,783	16
TOTAL	2611,769	186

Fonte: SGIF 2000-2017

¹ Para os anos de 2000 e 2001 não foram encontrados registos (SGIF)

Gráfico 5 - Valores anuais da área ardida e número de ocorrências 2017 – distribuição anual e média do quíênio (2013-2017) por freguesia



Fonte: SGIF 2013 -2017

Da análise do gráfico 5, conclui-se que em 2017 registaram-se 16 ocorrências, das quais 10 foram falsos alarmes, dando origem a uma área ardida de 110.37 ha.

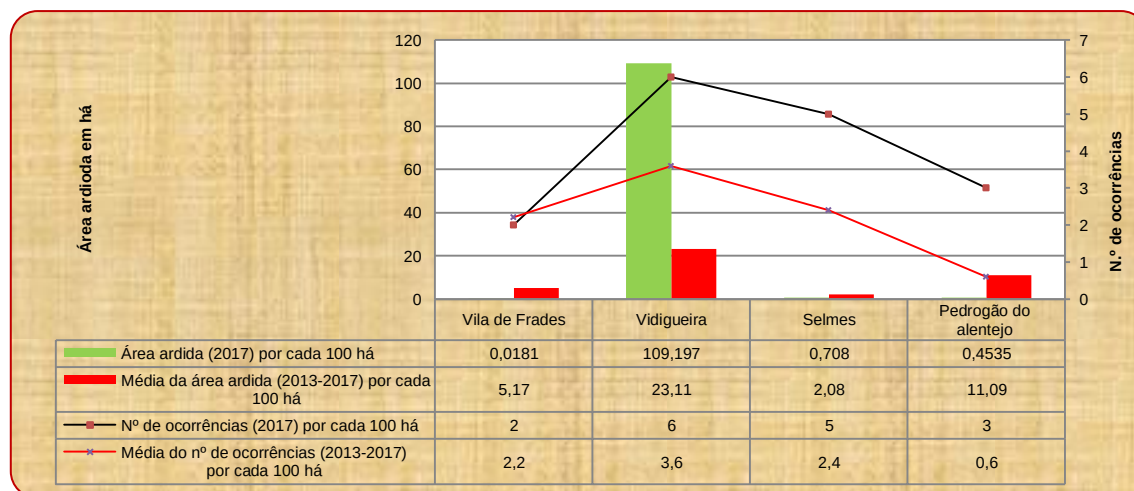
Foi na freguesia de Vila de Frades que se verificou a média maior de área ardida no quíênio em apreço, seguindo-se Pedrogão do Alentejo.

No ano de 2017 foi na freguesia de Vidigueira que se registou um maior valor de ocorrências, bem como uma maior área ardida (mapa n.º 15, em anexo).

Os maiores valores de área ardida diários acumulados apresentados para este Município indicam forte correlação com o clima, uma vez que, os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de Verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndio (gráfico 1).

Analisando o gráfico 6 por cada 100 hectares em espaço florestal em matos e povoamentos em 2017 registaram-se 16 ocorrências nas 4 freguesias dando origem a uma área ardida de 110,37 ha, mas foi na freguesia de Vidigueira que se verificou a média maior de área ardida no quíênio em apreço, bem como a média do número de ocorrência, no ano de 2017 a Vidigueira que se registou maior valor de ocorrências (mapa n.º 15, em anexo).

Gráfico 6 - Valores da área ardida e número de ocorrências 2017 – distribuição anual e média do quénio (2013-2017) por hectares de espaços florestais e por freguesia em cada 100 ha



Fonte: SGIF 2000-2017

Quadro 8 - Falsos alarmes (2000-2017) por freguesia

Freguesia	Falsos alarmes
Vila de frades	15
Vidigueira	32
Selmes	21
Pedrogão do Alentejo	19
Total	87

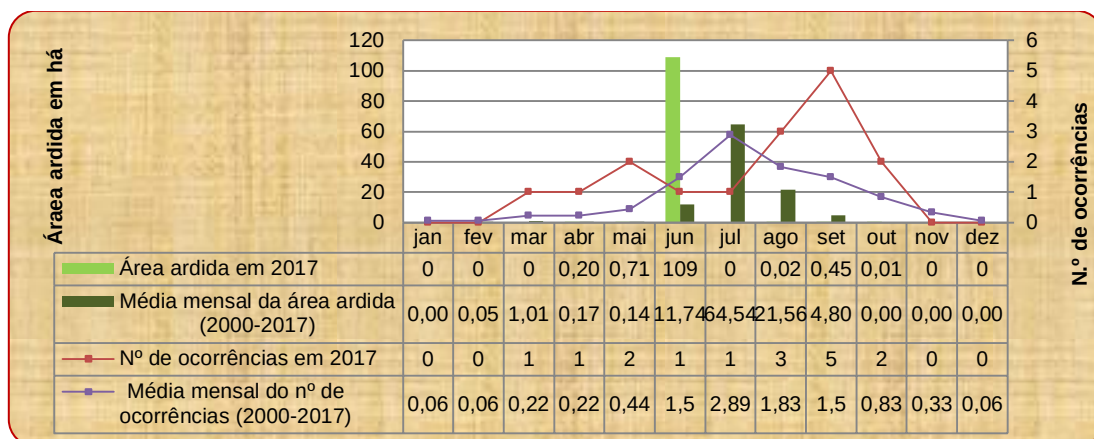
Fonte: SGIF 2000-2017

5.1.2. Mensal

A seguir são apresentados os valores mensais do número de ocorrências e da área ardida para o ano de 2017 e para a média dos anos entre 2000 e 2017.

De acordo como gráfico anterior verifica-se que a média mensal da área ardida mensal para o período referido foi 104,01 ha em todo o município e registou-se 9,94 ocorrências em média. Foram os meses de junho, julho, agosto e setembro no período de tempo de 2000 a 2017 os mais críticos, em média de área ardida situou-se entre os 0,05 e os 64,54 ha sendo o mês de julho o mais crítico, e o mês de junho registou uma área ardida de 109 ha.

**Gráfico 7 – Valores mensais da área ardida e número de ocorrências em 2017 –
distribuição mensal- média para um período ≥ 10 anos**



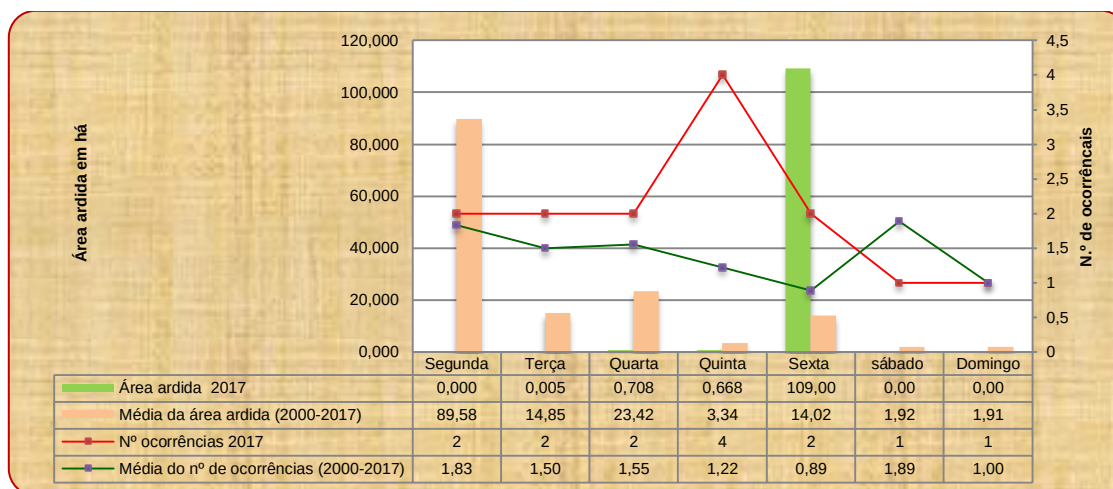
Fonte: SGIF 2000-2017

Os maiores valores de área ardida diários acumulados apresentados para este município indicam forte correlação com o clima, uma vez que os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de Verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndio, (gráfico 1).

5.1.3. Semanal

Aqui é mostrado a distribuição semanal para um período superior a 10 anos bem como o valor área ardida e número de ocorrências em 2017. Entre os anos de 2000 a 2017 as ocorrências registaram-se em todos os dias da semana sendo que foi à segunda-feira onde o valor foi maior, seguindo-se de quarta-feira em contraste com a sexta-feira onde o número foi menor.

Gráfico 8- Valores da área ardida e número de ocorrências em 2017 – distribuição semanal para um período ≥ 10 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

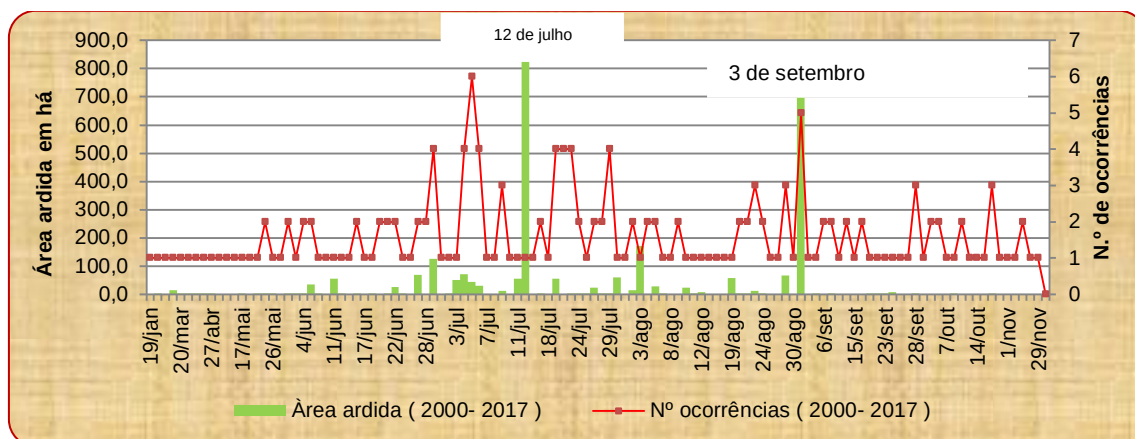
Tendo em conta os gráficos 6 e 7, a explicação para estes valores é a mesma do ponto anterior, associado ao também período de férias (nos meses de verão junho a setembro) as pessoas que frequentam os espaços florestais, tem mais tempo livre para desfrutarem dos mesmos onde por vezes fazem o uso indevido do fogo.

Por outro lado os proprietários dos terrenos recorrem a máquinas e ao fogo para renovar pastagens ou fazer queima de sobrantes, assim a atividade agrícola negligente é muitas vezes responsável pela ignição de incêndios rurais.

5.1.4. Diária

O gráfico seguinte apresenta os valores diários acumulados da área ardida e número de ocorrências – distribuição diária para um período superior a 10 anos, assim e de acordo com o gráfico em baixo verifica-se que para o período de tempo entre 2000 a 2017 ocorreram dois grandes incêndios (≥ 100 ha), o do dia 12 de julho de 2004 foi o mais crítico com 837.90 ha de área ardida que representa 32.08%, seguindo-se o do dia 3 de setembro de 2012 com uma área ardida de 713,14 ha que representa 27,30% de área ardida, nas freguesias de Selmes e Vidigueira, quanto ao número de ocorrências registou-se ocorrências nos dias 5 de julho, que representa 3,23%.

**Gráfico 9 – Valores diários acumulados da área ardida e número de ocorrências –
distribuição diária para um período ≥ 10 anos**



Fonte: SGIF 2000-2017

Os maiores valores de área ardida diários acumulados apresentados para este município indicam forte correlação com o clima, uma vez que, os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndio.

5.1.5. Horária

A distribuição horária da área ardida (2611,76 ha) e número de ocorrências pode ser utilizado como um forte indicador no planeamento dos horários e do número de equipas de vigilância a atuar no terreno pelos diferentes períodos do dia.

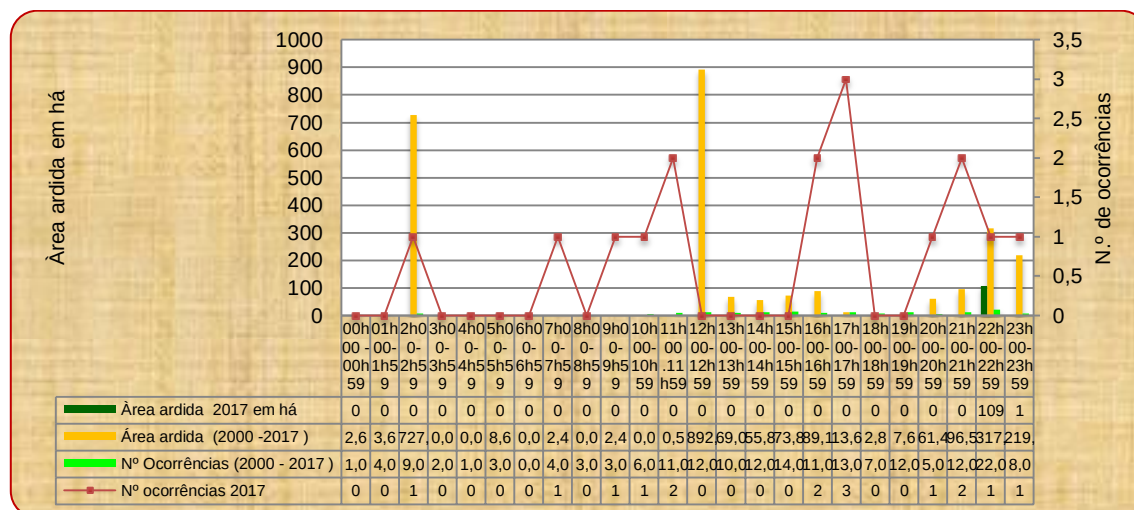
Quadro 9 - Distribuição horária e n.º de ocorrências

Horas	Área ardida 2017 em ha	N.º ocorrências 2017	Área ardida (2000 -2017)	N.º Ocorrências (2000 - 2017)
2h00/2h59	0.0	1	727.37	9.0
12h00/12h59	0.0	0	892,84	12.0
22h00/22h59	109.0	1	317.03	22.0
23h00/23h59	0.5247	1	219.82	8.0

Fonte: SGIF 2000-2017

Pela análise do gráfico 10 e do quadro 9, as horas mais críticas foram entre as 2h00-2h59; 12h00-12h59; 22h00 -22h59; 23h00-23h59.

Gráfico 10 – Valores da área ardida e número de ocorrências – distribuição horária para um período ≥ 10 anos



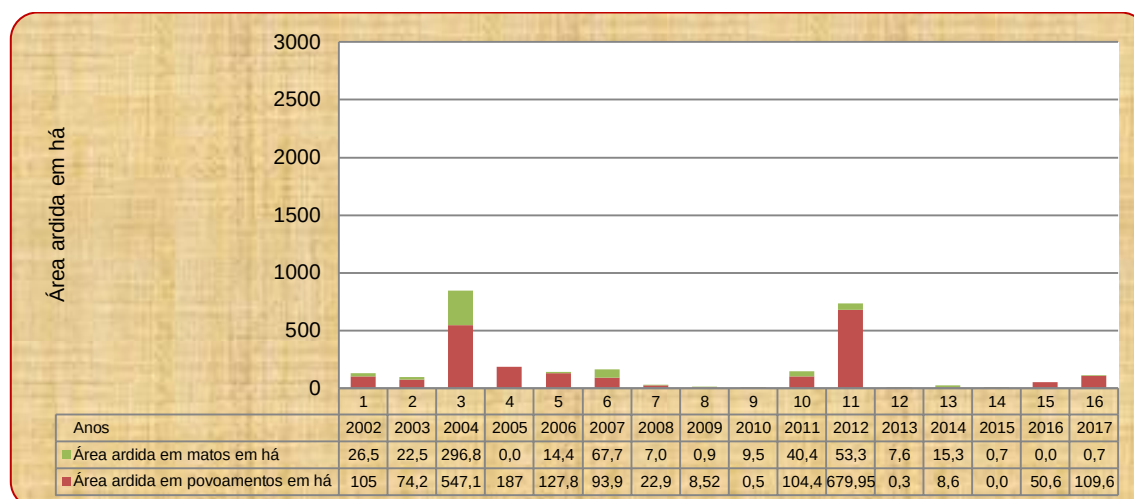
Fonte: SGIF 2000-2017

5.2. ÁREA ARDIDA EM ESPAÇOS RURAIS

Neste ponto apresenta-se a área ardida nos espaços florestais entre os anos 2000 e 2017 observando o gráfico a seguir verifica-se que no período em consideração arderam num total de 2120, 52 ha em povoamentos, e em matos ardeu 563,35 ha.

De uma forma mais sintetizada nos povoamentos no de em 2004 ardeu 547,1 ha que corresponde a 25,80%, para 2005 ardeu 187 ha que corresponde a 8,81%, para 2006 ardeu 127.35 ha que corresponde a 6.026%, para o ano de 2012 ardeu 679,953 ha que corresponde a 32.06%, em povoamentos, para o ano de 2017 ardeu 109 ha que corresponde a 5,14 ha. Em matos no ano de 2004 ardeu 296,8 ha que corresponde 52,68%, ano de 2007 ardeu 67,7 ha que corresponde a 12,01%, em 2012 ardeu 53,3 que corresponde a 9,46% da área ardida em matos.

Os maiores valores de área ardida diários acumulados apresentados para este Município indicam forte correlação com o clima, uma vez que, os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndio.

Gráfico 11 - Valores da área ardida em espaços florestais para um período ≥ 5 anos**Fonte:** SGIF 2000-2017

5.3. ÁREA ARDIDA E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR CLASSES DE EXTENSÃO

O gráfico seguinte mostra-nos a área ardida por classes de extensão (0-1), (> 1 – 10); (> 10-20) (> 20 – 50); (> 50 – 100); (> 100 ha) entre os anos de 2000 a 2017.

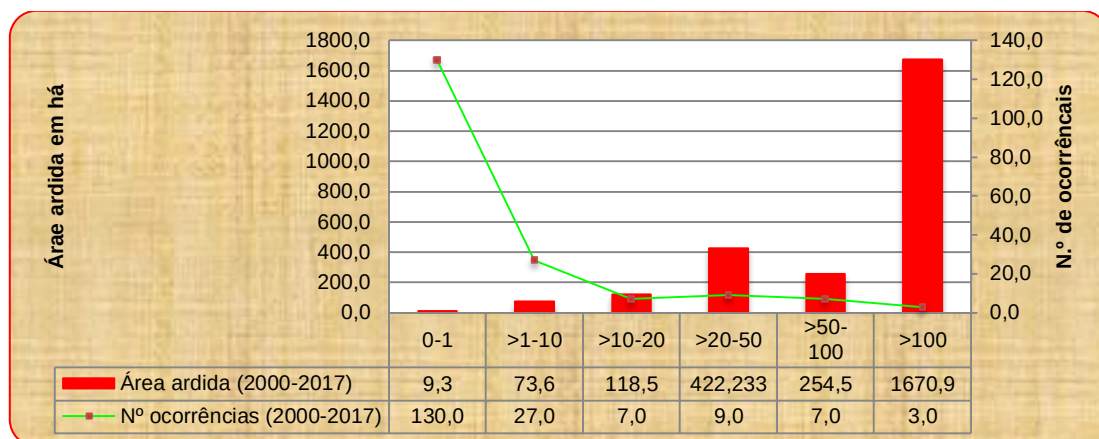
De acordo como gráfico 12 e o quadro 10 pode-se verificar que a maior área ardida para o tempo considerado corresponde a dois grandes incêndios (> 100 ha) com 661 ha que corresponde a 66.56%, e 137.24 ha que corresponde a 13.82%.

Quadro 10 - Percentagem de área ardida vs n.º de ocorrências por classe de extensão

Classes de extensão	Área ardida (2000-2017)	%	N.º ocorrências (2000-2017)	%
0-1	9,3	0,36	130,0	71,03
>1-10	73,6	2,88	27,0	0,06
>10-20	118,5	4,64	7,0	3,82
>20-50	422,233	16,56	9,0	4,91
>50-100	254,5	9,98	7,0	3,82
>100	1670,9	65,54	3,0	1,63

Fonte: SGIF 2000-2017

Gráfico 12 – Valores totais da área ardida e número de ocorrências por classes de extensão



Fonte: SGIF 2000 2017

5.4. PONTOS PROVÁVEIS DE INÍCIO E CAUSAS

A identificação de um ponto de início e de causa de cada ocorrência representa uma informação importante na definição de medidas preventivas, como por exemplo, a identificação de comportamentos de risco e público-alvo para as campanhas de sensibilização.

As causas de um incêndio encontram-se na sua maioria por apurar, estas causas são usualmente agrupadas em seis categorias sendo elas: Uso do fogo, Acidentais, Estruturais, Incendiarismo, Indeterminadas, Naturais, (guia técnico, 2012).

Paralelamente e antes de todo o reconhecimento dos pontos prováveis de início dos Incêndios rurais e a determinação das suas causas são fatores decisivos quando se pretende uma planificação anual estratégica bem como na prevenção de incêndios. É possível constatar que a freguesia de Selmes foi a que mais registou maior número de causas apuradas com 25 causas registadas seguindo-se a freguesia sede de concelho com 19 causas registadas para o período considerado.

Em primeiro lugar para que um incêndio se propague, para além das condições atmosféricas favoráveis a essa mesma situação (temperaturas elevadas, baixa humidade relativa do ar e ventos intensos) é fundamental que se reúnam também outras condições, tais como existência de combustíveis mortos com baixa humidade e a existência de uma fonte de ignição.

De uma forma geral o território nacional está sob a influência do clima mediterrânico (Cs) segundo a classificação de Koppen, caracterizado por períodos de seca recorrentes associado a vagas de calor por vezes intenso fazendo aumentar deste modo o risco de incêndio rural, visto que não é cumprido o que a legislação obriga nomeadamente limpezas (silvicultura preventiva) fora do período crítico. Também os mesmos se devem por causas de origem antrópica quer por Negligência quer por dolo (intencional), na maior parte das vezes as causas intencionais estão por detrás da maioria dos incêndios (mapa n.º 16, em anexo).

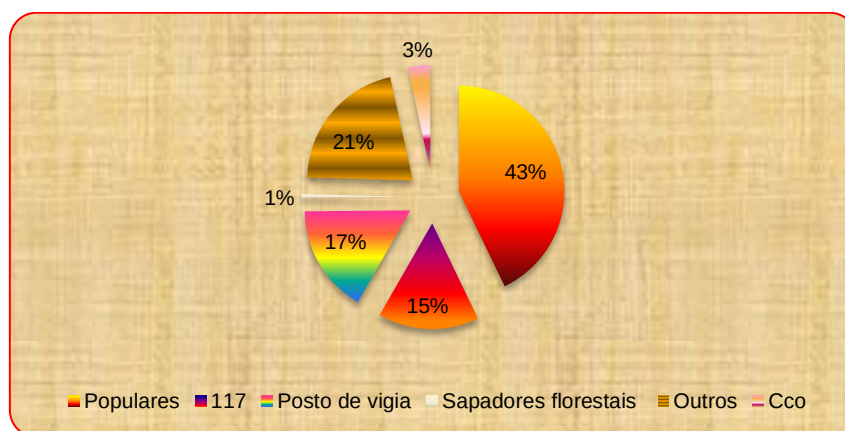
Quadro 11 - Total de ocorrências e causas por freguesias para um período ≥ 5 anos

	Causas	Negl. Queimadas- outras	Inten. Indeterminadas - Prova material	Desc. Indeterminadas - Prova material	Total
Freguesias	Vila de Frades	1	2	4	7
	Vidigueira	0	13	6	19
	Selmes	3	14	8	25
	Pedrogão do Alentejo	3	7	4	14

Fonte: SGIF 2015

5.5. FONTES DE ALERTA

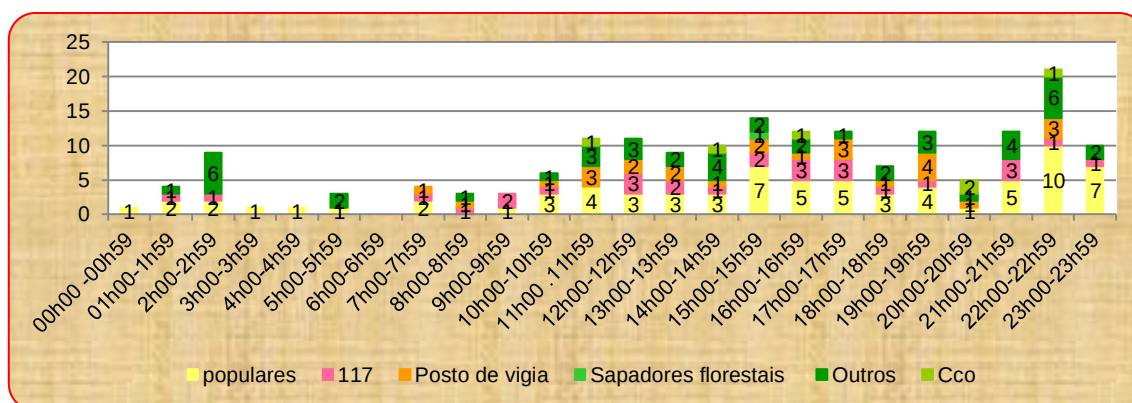
Gráfico 13 – Número de ocorrências e respetiva (%) Fontes de alerta para um período ≥ 5 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

Pela análise do gráfico anterior verifica-se que foram os Populares que mais vezes deram o Alerta com 43%, seguindo-se Outros com 21%, o Posto de vigia com 17%, por Via 117 com 15%, em menor quantidade e o CCO com 3%.

Gráfico 14 - Distribuição do número de ocorrências por hora e fonte de alerta para um período ≥ 5 anos



Fonte: SGIF 2000- 2017

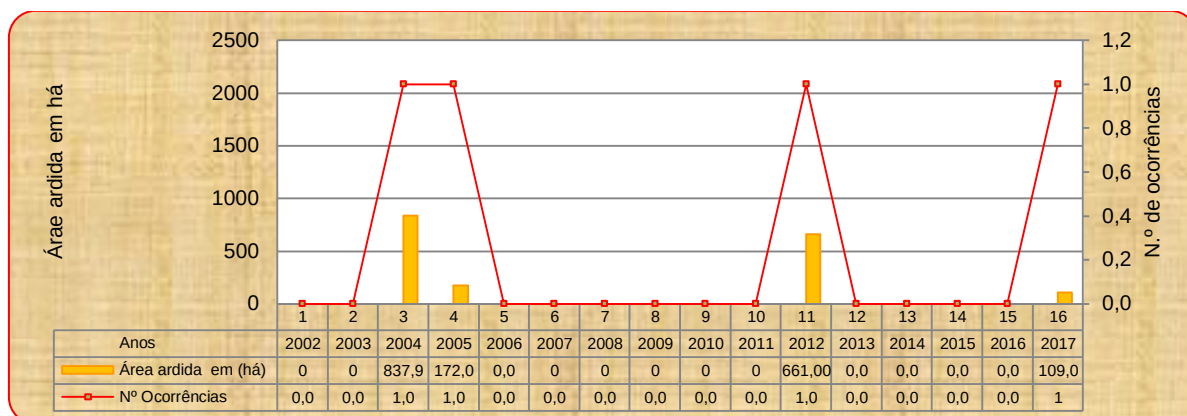
No gráfico anterior verifica-se que no período demonstrado, os **Populares** foram a fonte de alerta que mais se evidenciou com 74 alertas, seguindo-se **Outros** com 46 alertas, **Via 117** com 28 alertas, **Posto de vigia** com 26 alertas e **CCO** foram 6 alertas e finalmente 1 alerta dado pelos **Sapadores florestais**.

5.6. GRANDES INCÊNDIOS (ÁREA ≥ 100 HA) – DISTRIBUIÇÃO

5.6.1. Anual

Os grandes incêndios (≥ 100) no período considerado para o município de Vidigueira, e pelo mapa respetivo (mapa n.º 17, em anexo), verifica-se que ocorreram desde 2000 a 2017, os grandes incêndios ocorreram nos anos de 2004, 2005, 2012 e 2017.

Gráfico 15 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição anual para um período ≥ 10 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

De acordo com o gráfico anterior destaca-se os anos de 2004 e 2012 com áreas superiores a 100 ha, sendo que os maiores valores de área ardida apresentados para este município indicam forte correlação com o clima, que se fez sentir uma vez que, os maiores números de dias críticos ocorrem nos meses mais quentes de verão que, como já foi referido, são favoráveis à ocorrência de incêndios. Analisando o quadro 12, foram quatro grandes incêndios que ocorreram entre o ano de 2002 a 2017 com áreas entre os 109,00 ha e os 837,9 ha, que se traduziram em termos de percentagem para os anos mais críticos para ano de 2004 com 47% de área ardida e número de ocorrências foi de 25%; para o ano de 2005 com 9,66% de área ardida e o número de ocorrências foi de 25%; para o ano de 2012 com 37,13% e número de ocorrências foi de 25% finalmente para o ano de 2017 com 6,12% e número de ocorrências foi de 25%.

Quadro 12 - Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão

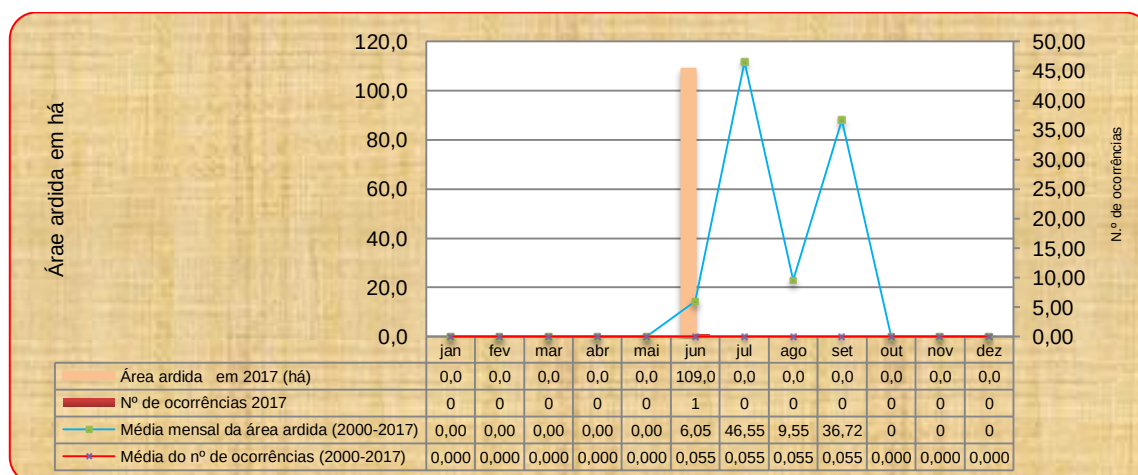
Ano	Classes de extensão (ha)			Área ardida	N.º de ocorrências
	100-500	>500-1000	>1000		
2002	0	0	0	0	
2004	1	1	0	837,9	1
2005	1	0	0	172	1
2006	0	0	0	0	0
2007	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0
2012	0	1	0	661	1
2017	1	0	0	109	1
Total	3	2	0	1779,9	4

Fonte: SGIF 2000-2017

5.6.2. Mensal

Para uma melhor compreensão do histórico dos grandes incêndios, e quais as condições que levam a ocorrência deles, foi avaliada a sua distribuição mensal e o número de ocorrências neste município. O gráfico a seguir mostra a distribuição dos valores mensais da área ardida e do número de ocorrências de grandes incêndios com áreas iguais ou superiores a 100 ha no período referido.

Gráfico 16- Grandes incêndios (Área $\geq$ 100 ha) distribuição mensal para um período $\geq$ 10 anos



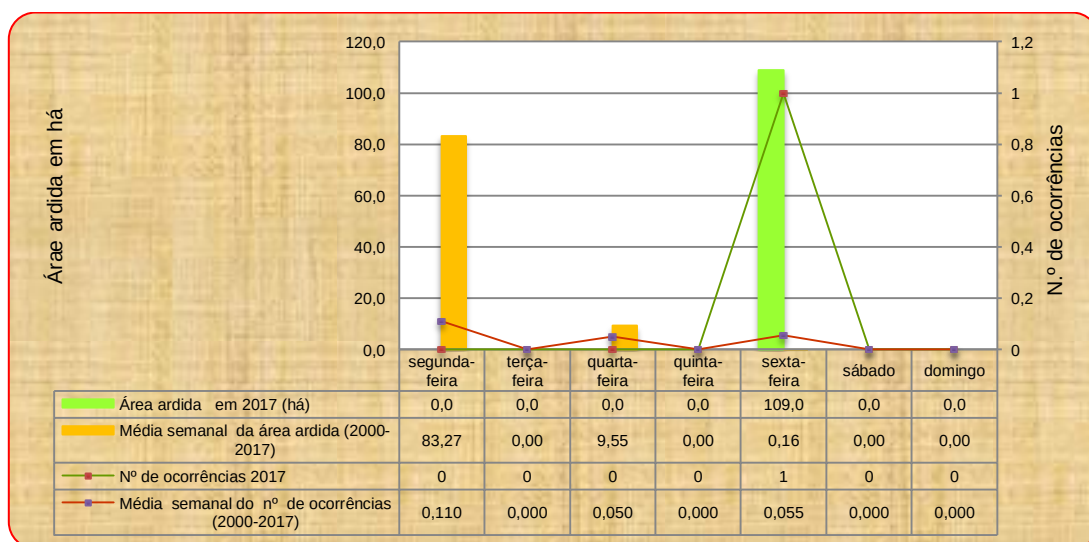
Fonte: SGIF 2000-2017

De acordo com gráfico anterior, para um período superior a 10 anos (2000 - 2017) os meses que destacam mais foram o junho com 109 ha e em relação à média da área ardida para o mesmo período de tempo destacam-se os meses de julho e setembro, visto que é nestes meses que as condições climáticas são mais favoráveis à ocorrência de grandes incêndios, como as temperaturas mais elevadas, a humidade relativa do ar mais baixa e a velocidade do vento maior, quanto ao número de ocorrências verifica-se uma percentagem inferior a 1%.

5.6.3. Semanal

Neste ponto foi avaliada a distribuição semanal bem como o número de ocorrências dos grandes incêndios neste município, de acordo com gráfico a seguir para um período em apreço a semanas que se destacam a segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira no período de 2000 a 2017 onde ardeu em média 92,98 ha bem como o número de ocorrências.

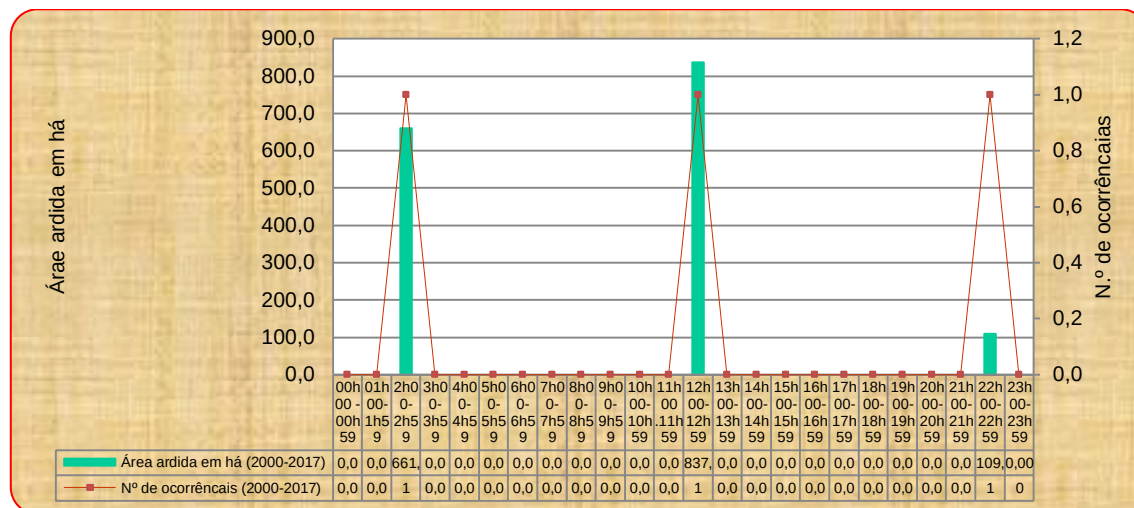
Gráfico 17 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição semanal para um período ≥ 10 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

5.6.4. Horária

Gráfico 18 - Grandes incêndios (Área ≥ 100 ha) distribuição horária para um período ≥ 10 anos



Fonte: SGIF 2000-2017

À semelhança do ponto anterior foi avaliada a sua distribuição horária e o número de ocorrências neste município, de acordo com gráfico anterior para um período em questão o horário que mais se destacou foi: 2h00-2h59; 12h00-12h59; 22h00-22h59, para cada intervalo de tempo houve uma ocorrência.

ANEXOS

Mapa n.º 1 - Enquadramento geográfico

Mapa n.º 2 - Hipsometria

Mapa n.º 3 - Declives

Mapa n.º 4 - Exposições

Mapa n.º 5 - Hidrografia

Mapa n.º 6 - População Residente (1991-2011) e Densidade Populacional 2011

Mapa n.º 7 - Índice de envelhecimento (1991-2011)

Mapa n.º 8 - População por Setor de Atividade (%) 2011

Mapa n.º 9 - Taxa de Analfabetismo (%) 1991-2011

Mapa n.º 10 - Romarias e Festas

Mapa n.º 11 – Uso e Ocupação do Solo

Mapa n.º 12 - Povoamentos Florestais

Mapa n.º 13 - Instrumentos de Planeamento Florestal

Mapa n.º 14 - Equipamentos Florestais de Recreio, Zonas de Caça e Pesca

Mapa n.º 15 - Áreas ardidas (2000-2017)

Mapa n.º 16 - Pontos Prováveis de início e Causas

Mapa n.º 17 - Grandes Incêndios Área ardida ≥ 100 ha